



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS BRASILEIRO: DIÁLOGOS DE SABERES, ENTRAVES E CONSTRUÇÃO POLÍTICA.

Ana Carla da Silva Lemos¹

Universidade Federal de Pernambuco

anacarlalemospe@gmail.com

Palavras-chave: lesbianidades, feminismos, gênero, movimento lésbico.

Resumo:

Este artigo tem objetivo apresentar o processo histórico do movimento de lésbicas brasileiro com suas interfaces junto ao movimento feminista e homossexual, evidenciando suas tensões e consensos nas perspectivas políticas, desde a década de 1970, com o surgimento do movimento homossexual e fortalecimento do movimento feminista, fazendo pontes com escritores/as brasileiros/as que dialogam sobre a historicização dos movimentos sociais, especialmente sobre o LGBT² e feminista. Notoriamente nos escritos sobre a historicização dos movimentos sociais há uma ausência de sistematização sobre o movimento de lésbica brasileiro. Isso se dá, por conta de todo o machismo existente na sociedade brasileira onde as mulheres foram colocadas à margem, com o predomínio dos “homens” brancos e de classe média na construção dos saberes, no aparecimento político, na escrita. Questionar essa normatização é entender o porquê do silenciamento do processo histórico do movimento de lésbicas brasileiros e todo o reforço nos papéis de gênero evidenciado no Brasil que ainda é machista e ver as mulheres como objetos de reprodução. Tudo que foge do tradicional é “anormal” e excluídos dos anais. Este artigo vai mostrar o percurso político de trajetórias de vidas e movimentos que se dedicaram as esferas públicas e políticas para representar uma parcela da população que precisava de voz e direitos que garantissem suas especificidades.

1. Ana Carla da Silva Lemos, graduanda em Ciências Sociais, licenciatura, pela Universidade Federal de Pernambuco. integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades – Audre Lorde – GEPERGES – UFRPE.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Introdução:

A lesbianidade em sua trajetória histórica, até onde temos registros, tem raízes em Safo, poetisa grega, que viveu 640 a.C. Pioneira nas escritas sobre o amor entre mulheres exerceu sua autonomia enquanto construção de ser político, regendo-se contra as normatizações, que deixaram marcas para o mundo, com sua coragem, inovação, poemas que ressaltam a beleza do amor entre mulheres para além de todo o ato político intrínseco em seus atos, assim como Audre Lorde, nos Estados Unidos e Cassandra Rios, no Brasil.

A construção da “identidade” lésbica no Brasil vem de uma forma muito silenciosa, como narrativa histórica, com os diálogos entre os movimentos feministas, homossexuais, que foram muito truncados, colocando o movimento como menos importante.

Este silenciamento é um projeto político intrínseco da população brasileira, com o machismo impregnado em todas as esferas de construção do conhecimento, onde no nascer do movimento “homossexual” vivíamos no processo de democratização.

Evidente, que este discurso não tira as marcas de um processo que deveria ser construído de forma igualitária, onde os machismos e heteronormatividade deveriam ficar do lado de fora dos acordos políticos e construções.

Quando na década de 1970 surge o movimento “homossexual” com mais veemência na protagonização, estavam juntos/as lésbicas e gays, para trilhar um caminho, que no Norte, já havia dado um passo com o acontecimento no Bar Stonewall, em 1969, contra a repressão das batidas policiais com as perseguições pela orientação sexual.

De outro lado o movimento feminista também construía sua trajetória política, este mais antigo, no entanto, não menos “tendencioso”. Havia preconceitos enraizados na sociedade, que coloca as mulheres que tinham uma trajetória política de vida, enquanto “sapatão”³. O movimento feminista vinha desde a década de 1920 com a primeira onda do feminismo, com as sufragistas, lutando pelo acesso ao voto por todas as mulheres. Neste movimento não estava evidenciado a orientação sexual, a identidade que predominava a luta era macro das mulheres.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Com a necessidade de pensar as especificidades dos movimentos, especialmente os questionamentos do que seria masculino, feminino, homo ou hetero, pois, ao mesmo que se pensava em fragmentar para ter os direitos garantidos, havia na contramão, a distinção de quem seria o que para fugir dos preconceitos direcionados as populações marginalizadas.

No reconhecimento histórico do movimento feminista e movimento homossexual, não se reconhece a participação das lésbicas e suas trajetórias políticas, pois durante muito tempo foi silenciada, elas não eram avisadas de todas as reuniões, nem das decisões tomadas. Quando quem ocupava as coordenações eram os homens e especialmente, porque nem todo mundo queria dialogar sobre as especificidades das lésbicas, isto no movimento homossexual.

Já no movimento feminista, as pautas prioritárias eram o direito ao voto, na segunda onda aos métodos contraceptivos com os direitos reprodutivos, o direito a educação, a ocupação de espaços políticos, questões mais amplas que não incluíam as especificidades dos direitos sexuais, incluindo todas as orientações sexuais.

A falta de reconhecimento, de negação e de sistematização das vivências prejudicou a construção histórica dos seres lésbicos enquanto autônomos e sujeitos das construções juntos aos demais autores sociais. Isso diz muito ainda do modelo machista e normativo enraizados na sociedade, onde reconhecer o diferente da norma é legitimar também como sujeito.

Entender os processos políticos que contribuem para o silenciamento da construção histórica das lésbicas, que ainda são marginalizadas por não cumprir o papel social direcionado para as mulheres, tirando delas sua autonomia e reconhecimento do seu próprio corpo, é um processo político que urge ser reconhecido e sistematizado, pelo tempo de atuação e por todo processo político já vivenciado nas esferas públicas, privadas e políticas.

Metodologia:

Este trabalho é regido por métodos trazidos pela epistemologia feminista, indo na contramão da ciência tradicional onde em sua maioria é eurocêntrica, racista, misógina e construída por “homens” e para “homens”.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Este trabalho é fruto de oito anos de observação e participação política no movimento de lésbica brasileiro, observando especialmente a organização, os espaços de formação e incidência política, suas trajetórias biográficas que interferem diretamente nas construções dos movimentos lésbicos brasileiro.

Foram realizadas entrevistas com as precursoras do movimento de lésbicas, leituras dos relatórios de eventos, bibliografias que refletem o tema e análise das políticas públicas implementadas para a população. Todo este olhar traz o referencial epistemológico feminista, trazendo uma análise radical das relações de gênero, sexo e orientação sexual.

Os referenciais teóricos que irei dialogar neste texto são construções que trazem referências desde o campo mais amplo das relações de gênero, sua conceituação, até a historicização dos movimentos de lésbicas, feminista e/ou homossexual.

O silenciamento ainda diz de um modo de fazer ciência ainda positivista e eurocêntrica, onde os homens escreviam sobre as mulheres e suas histórias. Por isso o pensar a partir da epistemologia feminista para direcionar este projeto é um ponto de partida, sobretudo, político e situado.

Trajetórias e discussões:

A mulher, que a partir dos olhares biologizantes, foi constituída como o *Outro* (Beauvoir, 1949), pelo discurso histórico que elas são mais sensíveis, menos racionais, que tem o “papel social” de cuidar das pessoas, reproduzir, está no lugar de subserviente, sempre no privado. Além de não ter participado de forma mais efetiva das ciências, estas, tendo ficado a cargo dos homens, que tem um olhar da ciência masculinista, heteronormativo. (Harding, 2006). (Pichardo (Ochy), 2007)

As mulheres em suas diversas esferas se auto-organizaram para lutar contra as opressões vivenciadas, como um movimento. A princípio com a bandeira do sufrágio, reconhecido como primeira onda do feminismo. Em seguida, com os direitos reprodutivos, especialmente com os métodos contraceptivos, rotulado como segunda onda do feminismo.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

As lésbicas se organizaram junto a este movimento, entendendo que as pautas são das mulheres em geral e que as bandeiras, através da sororidade (irmandade, solidariedade entre mulheres), deveriam ser levantadas e reivindicadas para questionar as estruturas normativas, independente da orientação sexual, pois o ser político mulher enquanto ser integral tem suas diversas especificidades que precisavam ser respeitadas para a garantia de direitos e reconhecimento da *classe para si* (Beauvoir, 1949).

Ainda na década de 1980, se organizaram junto ao movimento homossexual. Neste momento, pensando a partir das orientações sexuais e identidades de gênero, para se reafirmar enquanto categoria e questionar a heteronormatividade obrigatória e compulsória instaurada no país, a partir do olhar colonizador, machista e patriarcal (Freyre, 1999).

Nesta década, surgiu o Grupo Somos, em São Paulo e o Grupo Gatos, em Pernambuco. Porém, a atuação das mulheres se dá no Somos, onde já havia maior número de lésbicas organizadas. Nesta década, havia a violência instaurada e perseguição de tudo que saía da “norma”. As batidas policiais eram muitas, as reuniões se davam às escondidas, por toda a perseguição às “minorias sociais”.

O movimento feminista evidenciava a discussão dos direitos, porém a partir de um olhar ainda normativo. Mas, como diz o senso comum, o feminismo tirava a mulher do lugar para qual ela foi criada. Por este motivo, eram taxadas de “sapatão”, por questionarem as regras machistas, sexistas, misóginas e racistas.

No movimento homossexual, em que os homens eram maioria, também foi negado o reconhecimento das lésbicas, como seres que fizeram história e estavam juntas para os questionamentos necessários à contribuição para um Brasil que respeitasse as diversas orientações sexuais.

Depois dos rachas com os movimentos feminista e homossexual, as lésbicas se auto-organizaram na década de 1980, em grupos exclusivos lésbicos, aumentando na década de 1990 com o *boom* da institucionalização das organizações não governamentais, do reconhecimento na qualidade de agentes dos diversos movimentos sociais. No entanto, a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

organização se deu de forma precária, visto a participação das mulheres, publicamente, pois ainda o machismo era bem forte, além das violências de todas as espécies.

Em Pernambuco, instituições como o Grupo AMHOR – Articulação e Movimento Homossexual do Recife, e o a AME – Associação de Mulheres Entendidas, tornaram-se percussores da luta contra a lesbofobia e o reconhecimento dos sujeitos e pautas lésbicas, mas esses grupos se tornavam um número pequeno para o enfrentamento das diversas opressões.

O marco histórico do movimento de lésbicas brasileiro se dá a partir do I SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1996, que reuniu mais de cem mulheres de todo o país, algumas assinaram as atas, outras não, por não poderem ser visibilizadas. O intuito do seminário era pensar a atuação política, reafirmação dos grupos e dos seres autônomos, como questionadoras das normatizações em suas diversas esferas, especialmente da orientação sexual. Neste evento ficou instituído o dia 29 de agosto, como o dia nacional da visibilidade lésbica. Vale salientar a organização e participação das lésbicas negras como organizadas do seminário, como Neusa das Dores e Elisabe Caldas (em memória) do COLERJ do Rio de Janeiro.

Neste período, foram realizados oito SENALEs, sendo três vezes no Sudeste, (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), três no Nordeste, (Bahia, Ceará e Pernambuco), uma vez no Norte, (Porto Velho) e uma vez no Sul, (Porto Alegre).

No entanto, ainda existe a necessidade de maior sistematização, pois devido à falta de organização do movimento de lésbicas, a formação política desses seres, ou até mesmo a prioridade de vidas, além dos reforços cotidianos do que é ser mulher na sociedade.

Ainda há uma distância de interlocução com a academia para se pensar, problematizar o campo da sexualidade, dos feminismos, das lesbianidades também como forma de construção de saberes, pois ainda existe um foco em pressupostos eurocentrados.

Dentre todos os seminários realizados, apenas em dois há relatórios publicizados, o do VI realizado em Recife, em 2006 e VIII realizado 2014, em Porto Alegre.

Esta precariedade reflete bem a carga trazida sobre a história das mulheres, sobretudo, as lésbicas, que ainda é muito pesada, diferente de outros países que tiveram a emancipação e



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

organização “mais cedo”. Porém, tudo isso ocorreu, devido à colonização e à construção da identidade nacional brasileira, onde as mulheres foram excluídas da educação, da participação política e de outros processos de socialização.

Os termos biologizantes ainda interferem na construção do ser mulher, como sujeito, pois há vasta literatura que reforça a mulher enquanto objeto, privada dos espaços públicos e de poder. Essas teorias ainda perduram na reprodução do machismo. É a partir da década de 1930, que algumas teóricas começam a questionar esses lugares cristalizados.

Pensar a mulher como o “*Outro*” é questionar o “lugar” das mulheres, tirando os homens do centro, e pensando a história e as mulheres como algo que precisa sair da marginalidade. Beauvoir, em sua época, teve inclusive vivências que traziam a mulher não mais como o “*Outro*”, mas de forma diferenciada questionando as normatizações para além de corpos e “modelos” de relações.

Por mais que haja diálogos nos campos epistemológicos e nos movimentos, ainda se faz necessário refletir sobre esses campos de atuações e como as interferências das normatizações sufocam os seres, enquanto sujeitos. Pois, se a homossexualidade existe antes de Cristo, apenas no século XX, consegue se organizar no Brasil um movimento mais coeso que “tire dos armários” as lésbicas e suas demandas.

Quem são Elas?

A voz de Cassandra Rios, lésbica brasileira, que lança seu primeiro livro no final da década de 1940, aos 16 anos, assumidamente lésbica, escreveu vários títulos que falam dos romances entre mulheres, foi censurada pela ditadura militar por sua ousadia nas escritas e em sua trajetória política.

Outras vozes ecoam dentro dos movimentos sociais e políticos, saindo às ruas para reivindicar os direitos de minorias marginalizadas que era perseguidas pela política e pela própria população que achava “aberração” não ser heterossexual, questionando a normatizações vigentes da heterossexualidade obrigatória.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Voices that echo in the tunnel of time and political reivindications such as: Neusa das Dores (RJ), Yone Lindgren (RJ), Rosângela Castro (RJ), Marisa Fernandes (SP), Alice Oliveira, Heliana Hemetério (RJ), Iris de Fátima (PE), Josenita Duda (PE) activists lesbicas and lesbicas feminists who dedicated their life trajectories of political life to raise the banner of equality and the rights of lesbicas in Brazil.

Networks that have since the decade of 1990 working the dialogue with governments and social movements, such as the ABL – Articulação Brasileira de Lesbicas, LBL – Liga Brasileira de Lesbicas. Institutions that bring a weight to the Brazilian movement of lesbicas and that are working against the forms of oppression that lesbicas still suffer for their sexual orientation and is intrinsically linked to the political positioning that goes against social normalizations.

Conclusão:

For the recognition of the movement of lesbicas is important to the systematization of the history, once that still predominates heterosexuality and there are gaps in the literature that cite these subjects as historical beings that made and do the difference, inclusive for the implementation of public policies, practices of love, that go beyond the bodies, sexes, in their biological sense, but that have the social character in their construction (Moore, 1997).

For to endorse this debate, it is important to perceive the cracks and aggregations before the feminist, homosexual and lesbico movement, especially, for questioning the reasons that the movement of lesbicas, part of it does not self-recognize as a feminist movement and also, the feminist movements still do not recognize in their political guidelines the sexual rights beyond heterosexuality.

In the field of social sciences, there still exists a broad discussion of biological and social constructions of gender and sex, defining and hierarchizing what constitutes the woman, the family. Inclusive, the women in the quality of commodity of exchange (Strauss, 1982), private property (Engels, 2004), what was defined from the biological and the normalizations



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

institucionalizadas na sociedade, além de instituir a família heterossexual, como campo central para a formulação e implementação das políticas públicas. Mesmo com as epistemologias feministas indo de encontro com os pressupostos tradicionalistas.

No livro *o que é homossexualidade* (FRY e MACRAE, 1985), designam um capítulo: *As lésbicas - uma pedra no sapato das feministas e das bichas*, destaco: “*Porém, no Brasil, como em outros países, as lésbicas encontraram uma forte relutância inicial, mas agora já superada, por parte das feministas*” p. 101. Infelizmente ainda não podemos dizer que este problema foi superado, visto que os movimentos feministas não incluem as demandas das lésbicas enquanto que tem suas especificidades e que pode agregar a bandeira mais ampla de construção política.

Entender que existe uma lacuna política entre os movimentos sociais é um passo para pensar em como saná-las, pois já são mais de três décadas a defasagem de se reconhecer os sujeitos políticos e pensar nas especificidades, para além de tirar do papel e implementar de fato políticas públicas.

Infelizmente ainda há uma lacuna do que foi escrito, por exemplo, nas conferências e no que realmente é efetivado enquanto política pública. Por outro lado, há uma enorme necessidade de se reconhecer os movimentos sociais, com a sistematização que vai ajudar na memória no movimento de lésbicas, especialmente e saber qual o papel dos movimentos, pois na última década ficou muito confuso.

Falquet, 2006, fala da globalização neoliberal, patriarcal e machista que afetam as lésbicas, além da política hegemônica ocidental, que ainda impera no Brasil, fazendo-se necessário pensar para além do Norte e pensar na nossa realidade enquanto Sul, articulando nossas fragilidades e potencialidades, a partir do olhar da nossa cultura, respeitando os sujeitos políticos, suas trajetórias e especificidades, para além de corpos, orientação sexual e raça.

É refletindo a partir do olhar de Falquet que historias tem sido construídas a partir de olhares diversos, vozes que ecoam na construção política de seres, que sofreram discriminação, que colocam sua cara na rua para construir políticas que olhem as lésbicas



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

reconhecendo seu papel político e fundamental para um Brasil menos violento, sexista, misógino e sem discriminações.

2. Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.
3. Termo utilizado de forma pejorativa para diminuir as mulheres que se relacionam com mulheres, ou que fugiam da norma social machista imposta.

Bibliografia:

- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo? Brasiliense, 1991. BEAUVOIR, Simone de. Segundo Sexo. 1. Fatos e Mitos (6ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- FRY, Peter. O que é homossexualidade? Editora Brasiliense, 7ª edição, 1991, 126 p.
- FALQUET, Jules. De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-femisas. Bogotá, Ediciones Antropos, 2006
- HARDING, Sandra. Ciência y feminismo. Ediciones Morata, S. L. Madri, 2006.
- MALAVOLTA, Ana Naiara; AYRES. Guilhermina Cunha; AYRES, Carla Salário. Relatório do 8º SENALE: Lesbianidades e Feminismos: enfrentando o machismo, racismo e lesbofobia. Porto Alegre, 2014.
- MESQUITA, Marylucia. Relatório final do VI SENALE – Seminário Nacional de Lésbica: Movimento de Mulheres Lésbicas como sujeito político: Poder e democracia. Recife, 2006. 72 páginas.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3. ed. Sao Paulo: Hucitec ; Rio de Janeiro : ABRASCO, 1994.. 269p.
- MOORE, Henrieta. Compreendendo sexo e gênero. (do original em inglês “understanding sex and gender”. In: Tim Ingold (ed.) Companion Encyclopedia of Anthropology. London, Routledge, 1997. Tradução Júlio Assis.
- PICHARDO, Rosa (Ochy). Crítica pós-colonial desde las praticas políticas del feminismo antirracista. Nómadas, nº 26, abril de 2007.
- RUBIN, Gayle. O trafico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo. Recife, edição SOS Corpo, março de 1993.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS CORPO, 1995.
- LEVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 2. ed. -. Petropolis: Vozes, 1982, 537p.
- SPIVAK, Gayatri. Pode o Subalterno Falar? Tradução: Almeida Sandra Regina; Feitosa, Marcos Pereira e Feitosa, André Periera- Belo Horizonte. Ed.UFMG. (2010).